

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/12117	16592/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCQV - DDGED - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a **Associação de Voleibol de Braga**, com o RECAM 3/2016, no valor de **13.953,50€ (treze mil, novecentos e cinquenta euros e cinquenta cêntimos)**.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Maria Sarmelo de Macedo Araújo (1 / 2)
Assinante
Data: 06/05/2025
HASH: 682c886b1f3cae766374d617b5034f

BRAGA

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (2 / 2)
Assinante
Data: 06/05/2025
HASH: 225f29b0a31c3724e8a3d793f72833955

BRAGA



Data: 10/04/2025

Nº Processo: 16210/2025

Processo: Pedido de Apoio - Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo |
Associação de Voleibol de Braga

A **Associação de Voleibol de Braga** pessoa coletiva n.º 502 055 979, com sede no Parque Desportivo da Rodovia, Sala 5, S. Vitor, Braga com o RECAM 243/2016, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva 2024/2025, no valor de **13.953,50€ (treze mil, novecentos e cinquenta euros e cinquenta cêntimos)**.

O pedido de apoio financeiro enquadrando-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O pedido de apoio financeiro visa a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades. Assim, o apoio financeiro tem como finalidade o pagamento de todo o processo de filiação desportiva dos praticantes desportivos inseridos nos escalões de formação (até escalão júnior – sub19 anos e/ou até ao escalão absoluto dos praticantes femininos), englobando as verbas referentes à filiação e ao seguro desportivo, o pagamento do processo de filiação de um(a) dirigente, um(a) treinador(a) e um elemento de apoio médico (massagista, fisioterapeuta, etc.), por cada equipa filiada e ainda o pagamento de 25% do total das despesas referentes às taxas de organização dos campeonatos/calendários competitivos formais dos seguintes clubes:

1. **Vólei Clube de Braga**, apoio financeiro no valor de 6.585,25€;
2. **Escola Básica 2/3 de Lamações**, apoio financeiro no valor de 907,50€;
3. **Dumiense, CJP Futebol, SAD**, apoio financeiro no valor de 6.460,75€.

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a **Associação de Voleibol de Braga**, pessoa coletiva n.º 502 055 979, com sede na Parque Desportivo da Rodovia, Sala 5, S. Vitor, Braga com o RECAM 243/2016, para a época desportiva 2024/2025, no valor de **13.953,50€ (treze mil, novecentos e cinquenta euros e cinquenta cêntimos)**.

À consideração superior,

Utilizador: Ana Isabel de Oliveira Vinhas

Ana Isabel de Oliveira Vinhas (1 / 1)
Edição Superior
Data: 15/04/2025
HASH: 4f62c3eb9a4cd2b2c2b4a6e85ad204

BRAGA



**MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA
DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Mário Bento Brito Nóbrega Ramos de Azevedo, em representação da **Associação de Voleibol de Braga**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 502 055 979, com sede no Parque Desportivo da Rodovia, Sala 5, S. Vitor, Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Terceiro Outorgante: Mário Paulo Afonso Pereira, em representação da **DUMIENSE, CJP FUTEBOL, SAD**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva n.º 514 487 054, com sede no Rua S. Frutuoso, nº40 4700-085, Dume, Braga, adiante designada abreviadamente por **CLUBE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, procedendo ao pagamento de todo o processo de filiação desportiva dos praticantes desportivos inseridos nos escalões de formação (até escalão júnior – sub19 anos e/ou até ao escalão absoluto dos praticantes femininos), englobando as verbas referentes à filiação e ao seguro desportivo, o pagamento do processo de filiação de um(a) dirigente, um(a) treinador(a) e um elemento de apoio médico (massagista, fisioterapeuta, etc.), por cada equipa filiada e ainda o pagamento de 25% do total das despesas referentes às taxas de organização dos campeonatos/calendários competitivos formais do **CLUBE**.

Cláusula 2.ª

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

- a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
- b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – **“Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA”** – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar os treinos tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, **“Com o apoio do Município de Braga”** e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª
(Obrigações do CLUBE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações do **CLUBE**:

- a) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- a) O **CLUBE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – **“Contrato-Programa com Município de Braga”** – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- b) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar os treinos tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- c) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**,

através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;

- d) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- e) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 4.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ comparticipação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, no montante de 6.460,75€ (seis mil, quatrocentos e sessenta euros e setenta e cinco euros), para efeitos do pagamento das inscrições dos atletas do **CLUBE** na respetiva associação da modalidade.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, após a apresentação de documentação comprovativa da despesa.

Cláusula 5.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 6.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 7.ª

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho de 2025 (Época desportiva 2024/2025).

Cláusula 8.ª

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato-programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 9.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 10.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Mário Azevedo)

(Mário Pereira)

**MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA
DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Mário Bento Brito Nóbrega Ramos de Azevedo, em representação da **Associação de Voleibol de Braga**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 502 055 979, com sede no Parque Desportivo da Rodovia, Sala 5, S. Vitor, Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Terceiro Outorgante: Ângela Maria Machado Meireles, em representação da **Escola Básica 2/3 de Lamações**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva n.º 600 078 990, com sede na Rua 25 de Abril, 4710-913 Braga, adiante designada abreviadamente por **CLUBE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, procedendo ao pagamento de todo o processo de filiação desportiva dos praticantes desportivos inseridos nos escalões de formação (até escalão júnior – sub19 anos e/ou até ao escalão absoluto dos praticantes femininos), englobando as verbas referentes à filiação e ao seguro desportivo, o pagamento do processo de filiação de um(a) dirigente, um(a) treinador(a) e um elemento de apoio médico (massagista, fisioterapeuta, etc.), por cada equipa filiada e ainda o pagamento de 25% do total das despesas referentes às taxas de organização dos campeonatos/calendários competitivos formais do **CLUBE**.

Cláusula 2.ª

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

- a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
- b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até término do contrato;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – **“Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA”** – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar os treinos tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, **“Com o apoio do Município de Braga”** e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª **(Obrigações do CLUBE)**

- 1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações do **CLUBE**:
 - a) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
 - a) O **CLUBE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – **“Contrato-Programa com Município de Braga”** – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
 - b) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar os treinos tem de estar de acordo com a lei em vigor;
 - c) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**,

através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;

- d) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- e) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 4.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, no montante de **907,50€ (novecentos e sete euros e cinquenta cêntimos)**, para efeitos do pagamento das inscrições dos atletas do **CLUBE** na respetiva associação da modalidade.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, após a apresentação de documentação comprovativa da despesa.

Cláusula 5.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 6.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 7.ª

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho de 2025 (Época desportiva 2024/2025).

Cláusula 8.ª

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato-programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 9.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 10.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Mário Azevedo)

(Ângela Meireles)

**MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA
DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Mário Bento Brito Nóbrega Ramos de Azevedo, em representação da **Associação de Voleibol de Braga**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 502 055 979, com sede no Parque Desportivo da Rodovia, Sala 5, S. Vitor, Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Terceiro Outorgante: Marco Libertini Saad, em representação da **VCB - VOLEI CLUBE DE BRAGA**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva n.º 517 379 333, com sede na Avenida Valério Pinto Sá, nº 20B, 4700-098 Dume, Braga, adiante designada abreviadamente por **CLUBE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, procedendo ao pagamento de todo o processo de filiação desportiva dos praticantes desportivos inseridos nos escalões de formação (até escalão júnior – sub19 anos e/ou até ao escalão absoluto dos praticantes femininos), englobando as verbas referentes à filiação e ao seguro desportivo, o pagamento do processo de filiação de um(a) dirigente, um(a) treinador(a) e um elemento de apoio médico (massagista, fisioterapeuta, etc.), por cada equipa filiada e ainda o pagamento de 25% do total das despesas referentes às taxas de organização dos campeonatos/calendários competitivos formais do **CLUBE**.

Cláusula 2.ª

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

- a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
- b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar os treinos tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do CLUBE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações do **CLUBE**:

- a) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- a) O **CLUBE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com Município de Braga**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- b) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar os treinos tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- c) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**,

através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;

- d) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- e) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 4.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, no montante de **6.585,25€ (seis mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos)** para efeitos do pagamento das inscrições dos atletas do **CLUBE** na respetiva associação da modalidade.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, após a apresentação de documentação comprovativa da despesa.

Cláusula 5.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 6.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 7.ª

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho 2025 (Época desportiva 2024/2025).

Cláusula 8.ª

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato-programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 9.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 10.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Mário Azevedo)

(Marco Saad)